

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DE UM MUNDO SUSTENTÁVEL

Luciane Infantini da Rosa Almeida¹

RESUMO

A discussão sobre a sustentabilidade, em um contexto marcado pela degradação contínua do meio ambiente, cria uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a vida humana e a educação. A educação, compreendida como um ato político voltado para a transformação social, é convocada à atuar no desenvolvimento de indivíduos comprometidos com ações que visem o bem comum e a preservação da vida em todos os sentidos.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Educação, Políticas de aprendizagem.

ABSTRACT

The discussion on sustainability in a context marked by the continuing degradation of the environment, a necessary connection with the production of meanings about human life and education. Education, understood as a political act aimed at social transformation, is summoned to serve in the development of individuals committed to actions that aim at the common good and to preserve life in all directions.

Keywords: Sustainability, Education, Policy learning.

INTRODUÇÃO

A degradação permanente do meio ambiente e da vida humana, em escala planetária, faz emergir a necessidade de práticas pautadas na sustentabilidade como formas de se opor ao modelo de desenvolvimento predatório vigente. O objetivo deste ensaio é defender que a criação dessas práticas, comprometidas com a sustentabilidade, exige não apenas a transmissão de informação, mas a construção de novos valores, modos de agir em sociedade e novas formas de compreender o mundo. Isso lança desafios à educação, que precisa investir em

¹ Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), mestre em Educação e graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora da Faculdade Estácio de Sá de Vitória (FESV) e da Faculdade Estácio de Sá de Vila Velha (FESVV).

políticas de aprendizagem cuja perspectiva contemple as interrelações entre o indivíduo, o mundo social e o mundo natural.

Para defender tal ponto de vista faz-se necessário, de início, situar a emergência do conceito de sustentabilidade e às exigências que se colocam à educação em relação à criação de valores e comportamentos que estejam na base de práticas sustentáveis. Num segundo momento, argumento que as práticas de aprendizagem engendradas no contexto educativo não se remetem apenas a uma técnica, mas remetem a uma questão política. Argumento, ainda, que uma mudança nas práticas de aprendizagem é necessária para a formação de um ser humano capaz de intervir na sociedade e inventar soluções para as questões do mundo contemporâneo.

SUSTENTABILIDADE E O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA CRIAÇÃO DE UM MUNDO SUSTENTÁVEL

O conceito de sustentabilidade se delinea², sobretudo, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (United Nations Conference on the Human Environment - UNCHE), realizada em 1972, em Estocolmo, conhecida como a primeira grande reunião internacional para discutir as atividades humanas em relação ao meio ambiente. A Conferência de Estocolmo lançou diretrizes para a criação de ações ambientais em nível internacional³. Essa conferência chamou a atenção, da comunidade mundial, para o fato de que as questões relacionadas com degradação ambiental e a poluição afetam países, regiões, povos e gerações, localizados muito além do seu ponto de origem. A Declaração de Estocolmo se traduziu em um Plano de Ação – *Report of the United Nations Conference on the Human Environment*⁴ – para a preservação e melhoria do meio ambiente. Destacou, ainda, a

² O termo “sustentável” deriva do latim “*sustentare*”, que significa sustentar, defender, favorecer, apoiar, conservar e cuidar.

³ Essas diretrizes constam na “Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment”.

⁴ Disponível em <http://www.unep.org> acessado no dia 10 de junho de 2011.

necessidade de apoio financeiro e assistência a comunidades e países mais pobres.

Embora o conteúdo desta declaração já abordasse a necessidade de defesa e de melhoria do ambiente humano para as atuais e futuras gerações, a idéia de “sustentabilidade” ganha força a partir do segundo Relatório de Brundtland em 1987, também conhecido como “Nosso futuro comum”. Neste texto, define-se como desenvolvimento sustentável “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991).

É fato que a idéia de sustentabilidade social, econômica e ecológica que se difundiu a partir destas conferências, como uma crítica ambientalista ao modo de vida contemporâneo, é uma das vertentes que alimenta o conceito de sustentabilidade como indica Jacobi (1997). Existe uma outra, centrada no trabalho do Clube de Roma, cujas idéias foram publicadas com o título “Limites do crescimento em 1972”. Segundo esta vertente, para alcançar a estabilidade econômica e ecológica é necessário o congelamento do crescimento da população global e do capital industrial, indicando que os recursos são limitados e, por isso, a necessidade do controle demográfico (MEADOWS et al., 1972). Apesar de apresentarem diferentes perspectivas para a resolução dos problemas atuais, o que interessa é que, em ambas, o conceito de sustentabilidade surge para um enfrentamento de uma crise ecológica de escala mundial.

Desta forma, a sustentabilidade enfatiza a inversão da tendência auto destrutiva dos processos de desenvolvimento humano e aponta para a necessidade de se enfrentar uma crise ecológica que põe em risco a sobrevivência do planeta e da espécie humana. Ulrich Beck (1992), com a “noção de sociedade de risco”, demonstra a complexidade do processo de transformação das sociedades atuais, que cada vez mais ameaça e afeta o planeta pelos riscos socioambientais. Beck afirma que os riscos atuais

caracterizam-se pelas consequências de alta gravidade e desconhecidas a longo prazo, como os riscos ecológicos, nucleares, químicos e genéticos.

São visíveis as transformações mundiais das últimas décadas que mostram a degradação ambiental e à crescente desigualdade dos países, fruto de um desenvolvimento atrelado ao atual modelo de produção capitalista. Mas os impactos da crise econômica deflagrada a partir de 1980 e o alarme dado por fenômenos como a destruição da camada de ozônio e o aquecimento global, entre outros, apontam para uma necessidade de se repensar os paradigmas existentes no que tange a produção da vida em sociedade.

É fato que o sistema de exploração capitalista seja o principal responsável pela escassez das fontes de matéria prima e pela degradação do ambiente e da vida humana, mas não se pode negar que a sociedade é parte desse sistema. É preciso superar a visão linear de que os problemas da atualidade são determinados unicamente pela esfera econômica, bem como superar a visão de que os atores sociais são passivos diante das determinações do sistema. A realidade atual sugere reflexões e ações cada vez menos lineares, que contemplem a complexidade das relações humanas e de suas interações com o mundo. Assim, só é possível pensar e executar ações sustentáveis se compreendermos a questão ambiental a partir do paradigma da complexidade. O que está em questão, como sugere Guattari (1990), é a necessidade de se repensar “a maneira de viver daqui em diante sobre o planeta, no contexto da aceleração das mutações técnico-científicas e do considerável crescimento demográfico” (p. 8).

Nesse aspecto, em concordância com Guattari, para uma verdadeira resposta à crise ecológica é necessário uma ação em escala planetária e com a condição de se operar uma “autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais” (1990, p. 9). Essa revolução envolve, portanto, os três registros ecológicos: do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana.

Ações pontuais criadas por entidades governamentais não irão garantir condições para o enfrentamento da crise atual. É necessário o envolvimento dos atores sociais. Ações efetivas se darão mediante a mudança nas formas de agir e de compreender as relações atuais. Essas ações não são apenas aquelas visíveis em grande escala mas, principalmente, que pertencem aos domínios da sensibilidade e do desejo humano, como indica Guattari (1990). Nessa perspectiva, Leff (2001) afirmar que os crescentes e complexos problemas ambientais só serão revertidos com uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, nos valores e nos comportamentos engendrados a partir da racionalidade existente, fundada apenas no aspecto econômico do desenvolvimento.

Uma mudança de paradigma é urgente. Faz-se necessário uma mudança nos sistemas de ação e conhecimento que mobilizem os atores sociais para questões relativas à complexidade ambiental. O que sugere um processo educativo “articulado e compromissado com a sustentabilidade e a participação, apoiado numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de diferentes áreas de saber”, como afirma Jacobi (2003, p. 191). Assim, é preciso questionar valores e premissas que norteiam as práticas atuais, o que implica em mudanças na forma de pensar e de agir e, por consequência, mudanças nas práticas educativas.

Ou seja, a mudança de paradigma sugere a redefinição das relações entre o ser humano e o mundo, o que introduz uma mudança substancial no próprio processo civilizatório. A idéia de sustentabilidade implica, portanto, na redefinição das possibilidades de crescimento e na ação efetiva de atores sociais ativos cujo sentimento seja de responsabilidade social e ética.

Há diversos obstáculos para que essa mudança de paradigma se opere. A principal delas é a limitada consciência por parte da sociedade a respeito das consequências negativas sobre o modelo de desenvolvimento vigente. Os valores adotados pela sociedade juntamente com ações das instituições econômicas sociais e os sistemas de comunicação são os grandes

responsáveis por um padrão de desenvolvimento social e econômico predatório.

Com isso é possível afirmar que a educação tem um importante papel na criação de relações dos seres humanos entre si e com a natureza, que privilegiem a sustentabilidade. Seu papel é atuar na construção de formas de compreensão da realidade e de práticas voltadas para a transformação social. Para isso uma educação que se pautar nos princípios de transmissão de informação é insuficiente. O principal desafio está além do desenvolvimento de uma consciência crítica e global das questões ambientais, consiste em desenvolver valores e comportamentos como confiança, responsabilidade, respeito, iniciativa, comprometimento, ética, entre outros. Mas como as práticas educativas podem contribuir para a construção de comportamentos e valores que compactuem com a visão de um mundo sustentável?

EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: MUDANÇAS NAS POLÍTICAS DE APRENDIZAGEM

Chegamos à conclusão de que educação e sustentabilidade se articulam na medida em que as condições de vida da atualidade exigem uma mudança nas formas de agir, de compreender e de se relacionar com o mundo social e natural. Ou seja, existe a necessidade da construção de um novo paradigma baseado na construção de valores e de comportamentos individuais e sociais para um mundo sustentável. Cabe, então, defender a segunda parte do argumento: uma concepção de educação que se pautar em políticas de repetição e de reconhecimento não é capaz de operar a transformação social pretendida. Mas o que são essas políticas de aprendizagem?

Políticas de aprendizagem se referem às práticas de ensinar e de aprender que são engendradas no cotidiano escolar. Chamo de políticas de aprendizagem por compreender que as ações de ensino e aprendizagem não nos remetem apenas a uma técnica, mas remetem às formas específicas de compreensão do ser humano e da vida em sociedade. E por isso, atuam produzindo ou reproduzindo, formas determinadas de ser e estar no mundo (ALMEIDA, 2002,

KASTRUP, 1999). Ao se ensinar, por exemplo, um aluno a decorar a tabuada, não é apenas o conteúdo e a informação sobre a multiplicação que se transmite. Mas toda uma forma de relação do aluno com o conhecimento - no caso da tabuada marcado pela mecanização e repetição - e também formas de disciplinar a subjetividade do aluno. Ou seja, ainda em relação ao exemplo, na medida em que o aluno decora, não se estimula o mesmo a pensar, a problematizar ou inventar soluções para os problemas cotidianos.

Essa racionalidade da transmissão de informação, de professores que precisam “passar o conteúdo”, não são apenas arcaicas, mas pouco contribuem para a formação de um indivíduo autônomo, capaz de pensar, refletir, criar, reinventar o mundo, a si e ao próprio conhecimento. São política de aprendizagem que não articulam os processos cognitivos com os contextos da vida. Podem ser entendidas como políticas de repetição ou de reconhecimento, em que “aferra-se aos hábitos formados, como se a obediência a eles assegurasse o domínio do mundo” (KASTRUP, p. 10). Converte-se o conhecimento em uma lei transcendente, num hábito cristalizado e que não pode ser modificado.

Muitas práticas concretas que se efetivam no cotidiano escolar em todos os níveis de ensino: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior, ainda são permeadas por essa racionalidade. Atribui-se ao professor o lugar de detentor do saber – enquanto os alunos seriam os meros receptores – e ao conhecimento um poder que o coloca como verdade absoluta e imutável. Essas podem produzir indivíduos passivos, meros repetidores de valores e normas vigentes e prontos a responsabilizar “a sociedade”, “o outro” pelas mazelas da humanidade.

Mas as práticas educativas podem também se configurar como políticas inventivas. Essas políticas se caracterizam pela manutenção do caráter problemático e inventivo das da capacidade humana de conhecer (cognição) e interpretar o mundo. O conhecimento é compreendido em seu caráter provisório e contextualizado. E os “hábitos atuais não são tomados como única fonte de ação” (KASTRUP, p. 11). Trata-se de uma forma de aprender a viver num mundo como um sujeito ativo que, embora não possua todas as

respostas, tem a capacidade de inventar o mundo ao viver ao recriar novas regras, valores e percepções.

As políticas inventivas não preparam ou formam o indivíduo, elas o estimulam a lidar com as diferenças e aprender a atuar e a inventar formas de lidar com as complexidades da vida contemporânea. No mundo de complexidades, os repertórios amplos e interdependentes que os alunos trazem servem de fonte para a conexão de novos sentidos, novas aprendizagens. Trata-se de uma relação de ensino e de aprendizagem que prioriza o “aprender a aprender”. Uma educação entendida como processo permanente de aprendizagem que forma cidadãos com consciência local e planetária. É nessa medida, que a educação pode verdadeiramente exercer-se como um ato político voltado para a transformação social.

Assim, somente mudanças nas políticas de aprendizagem, engendradas no cotidiano escolar, poderão contribuir para uma educação cidadã que tenha em seu horizonte a criação modos de vida sustentáveis. Educar para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para a participação da vida pública e para a compreensão mais abrangente do controle social. Como afirma Jacobi (2003) trata-se de criar “condições para a ruptura com a cultura política dominante e para uma nova proposta de sociabilidade baseada na educação para a participação”. Isso se dará com a participação e com a intervenção aumentada da sociedade civil nos processos decisórios de interesse público e, também, com a ativação do seu potencial de participação.

CONCLUSÃO

Diante da falência do modelo de desenvolvimento que degrada a vida, é possível concluir que um dos principais desafios da educação, para a criação de um mundo sustentável, seja atuar na construção de novos valores, modos de agir, novas formas de compreender e de estar no mundo. Essa mudança de paradigma exige das práticas educativas mais do que mera transmissão de

informações acerca dos problemas atuais. Essas práticas precisam se configurar em políticas inventivas de aprendizagem, engendradas no cotidiano escolar, que permitam a potencialização do indivíduo para exercer a cidadania e para a invenção de modos de vida sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. I. R. **Um estudo sobre as políticas de aprendizagem/cognição que se materializam nas atividades educativas escolares.** Dissertação (mestrado). UFES. Vitória, 2002.

BECK, U. **Risk society.** London: Sage Publications, 1992.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

GUATTARI, F. **As três ecologias.** Campinas: Papirus, 1990.

JACOBI, P. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1997. p.384-390.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade.** Cadernos de Pesquisa, Mar 2003, n. 118, pág. 189-206.

KASTRUP, V. A Invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Campinas: Papirus, 1999.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001.

MEADOWS, D. et al. **Limites do crescimento:** um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre os problemas da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1972.

REIGOTA, M. Desafios à educação ambiental escolar. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências.** São Paulo: SMA, 1998. p.43-50.

TRISTÃO, M. As Dimensões e os desafios da educação ambiental na sociedade do conhecimento. In: RUSHEINSKY, A. (org.). **Educação ambiental: abordagens múltiplas.** Porto Alegre: Artmed, 2002. p.169-173.